

A EMBOSCADA DO DIA 16 DE OUTUBRO

No último dia 16 de outubro, por volta das 17,15 horas, fomos alvo de tentativa de homicídio na região de Sede Trentin, município de Chapecó, nas terras ora em litígio entre indígenas Kaingang e agricultores, no conhecido Toldo Chimbanguê.

Naquele dia os missionários do CIMI, Wilmar da Rocha D'Angelis e Juracilda Veiga - levando seu filho de três meses - dirigiram-se pela manhã ao Toldo Chimbanguê, acompanhados de uma enfermeira voluntária que colabora na assistência de saúde junto aos indígenas. Seguimos em um Volks Sedan azul, placas de Xanxerê (XA 6779), de propriedade do CIMI, e com o qual há tempo realizamos o trabalho junto aos Kaingang do Chimbanguê.

Uma vez na área, estivemos nas residências de vários indígenas, sendo que entre 15 e 16 horas, mais ou menos, detivemo-nos nas casas indígenas localizadas à beira do rio Irani, nas imediações da balsa que dá acesso a Nova Teutônia, município de Seara. Desse local seguimos para a residência do Cacique Clemente Fortes do Nascimento Xeyuyá, para o que é necessário retornar a Sede Trentin pela estrada geral Seara - Nova Teutônia - Chapecó, e dali toma-se uma estrada vicinal que, passando pela residência de Pedro Marcon, dirige-se também ao rio Irani.

Seguimos por essa estrada, passando pela residência citada do Sr. Pedro Marcon, onde vimos homens conversando. Chegamos à residência do cacique por volta das 16,30, onde encontramos o funcionário da FUNAI - Fundação Nacional do Índio, Pedro dos Anjos, que se fazia acompanhar de sua esposa e de um filho pequeno, e ali estava com o veículo do órgão federal, uma pick-up Toyota azul, placas de Curitiba (CM 3177). Wilmar dirigiu-se ao local onde conversavam o Cacique Clemente, o índio Gumerindo e o referido funcionário da FUNAI, enquanto Juracilda e Maria Elizabeth dirigiram-se à residência de Gumerindo, ali encontrando sua esposa, Vergolina Vieira Fernandes, duas de suas filhas, a índia Angelina Fernandes e sua filha menor Maria.

Soubemos então que o funcionário da FUNAI viera trazer mantimentos às famílias indígenas, estando mesmo o Toyota carregado.

Passaram-se talvez vinte minutos enquanto permaneceu ali o funcionário da FUNAI. Nesse tempo o mesmo desembarcou sementes na residência do cacique e convidou o mesmo para acompanhá-lo na distribuição de mantimentos às outras famílias. Partiu então a Toyota, conduzida pelo funcionário da FUNAI que seguia na frente com sua família e a índia Vergolina - já citada - que viria a Chapecó tomar ônibus para Curitiba. Na carroceria do veículo, seguiam o cacique Clemente, a índia Angelina Fernandes e sua filha Maria, a índia menor Beatriz - com cerca de 15 anos - e uma de suas irmãs, ambas filhas de Sebastião da Veiga.

Não nos demoramos muito tempo ali, após a saída do veículo da FUNAI, sendo que quando nos aproximávamos da residência de Pedro Marcon - que fica exatamente na margem da estrada, na altura de uma curva de 90° - nosso veículo estava já muito próximo do veículo da FUNAI, que ia na frente, uma vez que esse trafegava muito lentamente.

Feita a curva em frente à residência de Pedro Marcon, estando portanto de costas para ela, ouvimos alguns disparos, o terceiro dos quais pudemos ver atingir o chão, próximo à lateral direita do veículo, e mais outro pela esquerda vindo de nossas costas. Nesse momento demos-nos conta de que os tiros visavam atingir-nos, acelerando o carro até ficar com ele "colado" ao Toyota da FUNAI, que seguia na frente. Esse repentinamente parou, e o funcionário Pedro abriu sua porta para olhar os pneus, ficando evidente que julgava ter ouvido um pneu estourar. Wilmar, que conduzia o Volks do CIMI, pondo a cabeça para fora da janela gritou ao funcionário da FUNAI que estavam atirando contra nós. Imediatamente a Toyota retomou a marcha, o mesmo fazendo nosso Volks, que nesse momento sofria diversos impactos de projéteis. Como a estrada - ali em aclive pronunciado - não permitia a ultrapassagem, por ser muito estreita, seguiram os dois veículos nessa posição por algum tempo, durante o qual o missionário Wilmar recebeu uma pancada na coxa esquerda mas, não vendo sangue, julgou ter sido uma pedrada, que posteriormente verificou-se ter sido realmente um projétil de arma de fogo. Também nesse momento vimos um vulto humano correndo paralelo ao veículo, à nossa direita, e por esse instante uma pedra estilhaçou totalmente o vidro da porta direita do carro.

No momento seguinte, como a estrada permitia, o funcionário da FUNAI conduziu o mais possível seu veículo para a direita, permitindo que nós o ultrapassássemos. Wilmar acelerou o veículo do CIMI e sentiu - enquanto ultrapassava o veículo da FUNAI - que tinha um de seus pneus do lado direito furado, o que foi confirmado pelo funcionário Pedro dos Anjos ao Bispo Dom José Gomes. Disse o funcionário que quando o veículo do CIMI o ul-

CEDI - P. I. B.
DATA 31 / 12 / 86
N.º KGD 28

trapassou ficou preocupado ao ver o pneu dianteiro do Volks furado.

Duvidavam-se ainda tiros e, próximo a Sede Trentin, de uma outra estrada secundária alguns homens e rapazes corriam em direção ao Volks atirando-lhe grandes pedras, algumas das quais atingiram nosso veículo.

Seguimos com um pneu furado, até as proximidades da Capela São Roque, na estrada geral Seara-Chapecó, onde em residência de um agricultor trocamos o pneu e dali seguimos a Chapecó, onde chegamos por volta das 17,45 horas, na residência de Dom José Gomes.

Alguns dos indígenas que estavam na pick-up da FUNAI reconheceram quatro dos atiradores: Pedro Marcon, Ivo Schmidt e um irmão seu, e um filho de Orsolino Albino da Silva.

OS ANTECEDENTES DO FATO

A partir de junho de 1982, quando os indígenas Kaingang do Toldo Chimbangue, liderados por seu Cacique Clemente Fortes Xeyuyá, iniciaram contatos com a FUNAI com vistas à recuperação de suas terras - tomadas na década de 40 pelo avanço da colonização - as violências contra os mesmos recrudesceram de parte de alguns agricultores de Sede Trentin. Antes disso, porém, muitos já haviam sido as violências sofridas pelos Kaingang, podendo-se mencionar as queimas de ranchos indígenas como as mais comuns, entre as quais a dos ranchos de Dario Fortes em 1975 e do centenário Francisco Marcelino Rókag em julho de 1979. Foram acusados alguns agricultores, entre os quais Emílio Soares e Miguel Schmidt, mas os inquéritos e queixas não levavam a nenhum processo, sempre por "falta de elementos", segundo as autoridades policiais. O mesmo aconteceu com a tentativa de homicídio contra os indígenas Gumercindo Fernandes e seus filhos Miguel e Gabriel, em abril de 1980, em frente a uma bodega de Sede Trentin. Ivo Schmidt foi acusado pelos indígenas de ter feito os disparos de calibre 32 que atingiram dois dos Kaingang, mas o autor do atentado contou com o falso testemunho de diversos agricultores que "não viram nada". No arquivamento, portanto.

Em agosto de 1982 as terras plantadas pelo Cacique Clemente e por Gumercindo foram invadidas por Vitório Pecini e outros, acompanhados de elementos bem armados. Outras agressões viriam, sendo as mais recentes as de Werner Verrel contra a plantação e paiol de Angelin Gandeo.

Contra nós, missionários, as agressões eram, quase sempre, verbais: chingamentos e calúnias através de órgãos de comunicação. Algumas vezes tivemos os pneus de nosso veículo furados criminosamente por pregos fincados por agricultores, sendo que sempre registramos as ocorrências na Delegacia de Polícia.

O caso tomou proporções maiores quando, em agosto último, agricultores de Sede Trentin, montaram em sua vila uma barreira que, segundo anunciaram pela imprensa, visava impedir o acesso dos missionários do CIMI às casas indígenas. Na mesma época os senhores Fidelix Trombetta e Dall'igna disseram, pelo rádio e televisão, que se os missionários do CIMI fossem a Sede Trentin - e particularmente mencionavam Wilmar D'Angelis e "Pedrinho" - seriam presos e amarrados, etc.

Pela gravidade do fato seria de esperar alguma providência da autoridade policial. Estranhamente - ou não - o Sr. Pedro Pereira, Delegado Regional de Polícia e Vereador do PDS, esteve em Sede Trentin, avistando a referida barreira, e nenhuma providência tomou!

Diante disso, Dom José Gomes dirigiu ao Dr Hélio Natal Dornsbach, Delegado de Comarca, uma representação mencionando os fatos e pessoas, indicando os noticiários de televisão e rádios que veicularam as ameaças contra os missionários e pedindo providências, entre elas garantias da integridade física e moral dos membros do CIMI que atuam junto aos Kaingang do Toldo Chimbangue. Essa representação foi levada por Dom José Gomes ao conhecimento do Sr. Juiz da Vara Criminal, Osvaldo Rogério de Bliveira, e o então Promotor Público da mesma Vara, Dr. Siridaks.

Novamente a omissão da autoridade policial. Nenhum inquérito foi aberto, nenhuma medida que garantisse a vida dos missionários foi tomada.

Não temos dúvida em denunciar essa reiterada omissão como uma forma de cumplicidade, que garantindo a impunidade para os crimes cometidos por agricultores de Sede Trentin, estimula a intensificação das violências num crescendo que só poderia chegar à tentativa de homicídio, enfim concretizada. O próprio Delegado Hélio Dornsbach, ao avistar o veículo dos missionários no dia 17 de outubro, quando o mesmo seguira para a Perícia, deixou escapar diante de várias testemunhas: Isso só tinha que acontecer mesmo. Enquanto vocês continuarem indo lá, isso só vai acabar quando morrer alguém".

Seria, no entanto, incompleta análise desse atentado se não mencionássemos entre outras causas, a reiterada omissão da FUNAI no atendimento às reivindicações indígenas. Vale dizer que em dois anos de paciente espera dos Kaingang pelas providências oficiais, a FUNAI somente resolveu agilizar uma solução quando, em fins de julho último, a região encontrava-se na tensa expectativa de um conflito entre índios e colonos.

Também seria grave omissão não dizer que as afirmações irresponsáveis de políticos serviram de alimento para acirrar ânimos e, mais ainda, para desencadear o ódio entre alguns agricultores de Sede Trentin contra índios, missionários e o Bispo Dom José. Políticos que são também advogados, como o Sr. João Valvite Paganella (Dep. Fed. PDS) e o Sr. Hilário Lago (Vereador - PMDB), jamais poderiam alegar ignorância da lei para ir dizer aos agricultores que os indígenas não teriam direitos, ou que os indígenas poderiam ser removidos de suas terras. Fazendo coro a eles, o Deputado Estadual pelo PDS, Hugo Diehl fez pronunciamento na Assembléia Legislativa Estadual repleto de afirmações, no mínimo, equivocadas, e sem fundamentação histórica. Isso para não falar nas afirmações racistas, também de políticos, taxando os indígenas de preguiçosos, vagabundos e coisas semelhantes. Infelizmente nesse país, essas coisas são ditas impunemente.

A JUSTIFICAÇÃO DO HOMICÍDIO

Mais uma vez é o Sr. Fidelix Trombetta o escalado para veicular pela imprensa as mentiras com as quais buscam esconder-se os atos criminosos em Sede Trentin. Declarou ele pela imprensa que não sabia de nada, que ninguém viu coisa alguma em Sede Trentin de qualquer atentado e, mais, julgando os outros pela medida de si mesmo, declarou que não duvidava que "o próprio Wilmar D'Angelis" atirou contra seu veículo para acusar os agricultores. Por fim, para distrair a opinião pública, Trombetta acusa o CIMI de romper um suposto acordo firmado sobre vinda de famílias para a área.

A questão do acordo é simples. Em setembro a FUNAI chegou a um acordo com os colonos, pelo qual 122 hectares de terra seriam ocupados pelos Kaingang em caráter provisório, até a solução final da questão da terra prevista, então, para 120 dias. Nesse acordo - do qual não participaram os Kaingang e tampouco o CIMI - estabeleceram que a FUNAI faria a transferência de três famílias Kaingang de Seara para o Chimbangué, visto serem dali e estarem em situação difícil em Seara. Ocorre que, feita essa transferência pela FUNAI, tempos depois os Kaingang reivindicaram a transferência de mais três famílias, também de Seara, sendo a mãe e dois irmãos dos indígenas transferidos pelo "acordo". A FUNAI negou-se à transferência, cumprindo seu acordo com os colonos, mas os Kaingang decidiram realizar a transferência por sua conta e risco.

Isso fez os agricultores revoltarem-se com a FUNAI e, uma vez que essa mostrou não ter participado da transferência, os agricultores dirigiram ao CIMI sua cólera. De qualquer forma, em contato pessoal com o Delegado da FUNAI, Dr. Carlos Ruggieri, no dia 15 de outubro à noite, Wilmar D'Angelis e Dom José Gomes esclareceram sobre a ação do CIMI na área e sobre o episódio da transferência das últimas três famílias, do qual se acusava o CIMI. O Delegado da FUNAI teria reunião com os colonos no dia 16 pela manhã e tudo parecia que seria esclarecido.

Outro ponto que os agricultores colocavam, desde agosto, era o desejo de que se proibisse o CIMI de realizar seu trabalho junto aos Kaingang. No entanto, não se sabe o que possam ter acertado os colonos com a FUNAI, o certo é que o trabalho do CIMI - por não ferir qualquer dispositivo legal - não pode ser proibido. No encontro do dia 15 de outubro à noite o Delegado da FUNAI ameaçou o Wilmar de proibi-lo de entrar em contato com os Kaingang do Chimbangué, recebendo a resposta de que não tem poderes legais para isso. Desistindo da ameaça, o Delegado da FUNAI pediu "colaboração", que foi definida, mas deixando claro o membro do CIMI de que o órgão missionário não abria mão de sua atuação no Toldo Chimbangué.

OS ANTECEDENTES IMEDIATOS

Por fim, vale ressaltar algo que a imprensa não tem relacionado, embora a relação seja evidente. No dia anterior ao atentado contra os missionários do CIMI o Cacique Clemente e dois outros indígenas estiveram no IBDF tomando informações sobre um desmatamento que vem sendo realizado há cerca de um mês em terras de Pedro e Alceu Marcon. Como reivindicam aquela área como sua, os Kaingang desejam recebê-lacom o pouco de mato que ainda tem. Nesse dia, 15 de outubro, o noticiário das 12:30 horas da Rádio Chapecó veiculou entrevista do cacique sobre o assunto. No mesmo dia, à tarde, em reunião dos colonos com o Delegado da FUNAI já citado - segundo informação do próprio Delegado - os agricultores mostraram-se irados com a notícia, talvez por ser o desmatamento irregular. E diziam ao Delegado da FUNAI que Wilmar D'Angelis fora visto com os Kaingang no

IBDF, mais uma razão pela qual pediam o impedimento do CIMI na área. É claro que o que pretendem os agricultores é que o CIMI deixe campo para as pressões, ameaças e manobras sobre os indígenas com fim de evitar a devolução da terra do Chimbangue aos Kaingang, pelo menos em sua maior parte.

O fato é que no dia 15 à tarde, perante o Delegado da FUNAI, os agricultores mostravam-se irados contra a atitude dos Kaingang em relação ao desmatamento. Supõe-se que os mais irados sejam os que tem interesse imediato na questão: Pedro e Alceu Marcon. E essa ira dirigia-se mais ao CIMI, ou a Wilmar D'Angelis, porque esse fora visto com os indígenas no IBDF.

Esperamos que basta o que se disse para esclarecer a tentativa de homicídio que sofremos.

Caberia uma reflexão a partir de todos esses fatos, sobre o poder do Mal, que lança mão de algumas pessoas e influi sobre elas de tal forma que as cega totalmente para coisas fundamentais como o valor da Verdade e, sobretudo, o valor da Vida. Quando pessoas se reúnem para programar uma emboscada e, uma vez preparada, atiram contra pessoas indefesas, pelas costas, e sabendo encontrar-se entre elas uma criança de três meses, é por que a escala de valores dessas pessoas está totalmente desorientada, e valorizam mais a mentira, a covardia e os lucros materiais do que a Vida Humana.

Infelizmente apenas alguns agricultores deverão ser punidos por esse crime - se houver justiça - enquanto os maiores responsáveis mais uma vez seguirão impunes.

Juracilda Veiga

Wilmar da Rocha D'Angelis

Maria Elizabeth Kleba da Silva.

Chapecó , 25 de Outubro de 1984.

Prezados amigos e companheiros,

O relato em anexo tem por finalidade informar sobre o atentado que sofremos e pedir manifestações no sentido de que o mesmo seja esclarecido e punidos seus autores. Essa violência têm se abatido sobre os kaingang durante décadas impunemente e o atentado do último dia 16 teve como objetivo afastar dos Kaingang do Chimbangue todo apoio e dessa forma prejudicar sua luta pela recuperação dos 2000 hectares de terra a que tem direito imemorial.

Temos razões para temer pela segurança dos Kaingang do Chimbangue , diante da intransigência dos colonos em não reconhecer o direito indígena, além das reiteradas violências. Essa intransigência vem sendo exacerbada pela oligarquia local que procura usar dessa luta por direitos entre colonos e indígenas para neutralizar todo o trabalho da Diocese de Chapecó em favor dos pobres e injustiçados.

Pedimos que sejam enviados abaixo-assinados, cartas e telegramas ao Presidente da República, ao Presidente da Funai e ao Governador de Santa Catarina pedindo o imediato atendimento da reivindicação dos Kaingang e o reassentamento dos colonos em outras terras do Estado Catarinense. Essa será a única forma de garantir uma solução pacífica e justa para o conflito.

Contando com sua colaboração fraterna

um abraço irmão de

Juracilda Veiga

Wilmar da Rocha D'Angelis

M^{te} Elizabeth Kleba da Silva.